

Cidades brasileiras e o capital: segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidade

Ciudades brasileñas y el capital: segregación y expoliación urbanas y vulnerabilidad

Brazilian cities and capital: Urban segregation and spoliation and vulnerability

AUTORES

Matheus Henrique de Souza Santos*

mhsouzasantos@gmail.com

Rodrigo Alberto Toledo**

ro-toledo@hotmail.com.br

* Doutorando em Política científica e tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil).

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Brasil). Pesquisador de pós-doutorado no programa de pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil).

RESUMO:

O objetivo deste artigo teórico é apresentar o diálogo entre o desenvolvimento das cidades brasileiras com os interesses do capital nacional e internacional, sob a reflexão das concepções de segregação urbana, espoliação urbana e vulnerabilidade. O resultado obtido é a consolidação do marco teórico-conceitual como instrumento de leitura da realidade das cidades no Brasil que consolida, ao longo do século XX, seu desenvolvimento estreitamente ligado aos interesses do capitalismo local e a necessidade de organização urbana para atender as orientações da economia global, na qual o Brasil esforça-se para estar incluso.

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo teórico es presentar el diálogo entre el desarrollo de las ciudades brasileñas y los intereses del capital nacional e internacional, bajo la reflexión de las concepciones de segregación urbana, expoliación urbana y vulnerabilidad. El resultado obtenido al final es la consolidación del marco teórico conceptual como instrumento de lectura de la realidad de las ciudades en Brasil que consolida, a lo largo del siglo XX, su desarrollo estrechamente ligado a los intereses del capitalismo local y la necesidad de organización urbana para atender las directrices de la economía global, en la que Brasil se esfuerza por estar incluido.

ABSTRACT:

The objective of this theoretical work is to present the dialogue between the development of Brazilian cities and the interests of national and international capital, based on the concepts of Urban Segregation, Urban Spoliation and Vulnerability. The result obtained in the end is the consolidation of conceptual framework as a tool for reading the reality of cities in Brazil that, over time, obtained their development closely linked to the interests of local capitalism and the need for urban organization to meet the guidelines of the global economy, which Brazil strives to be included.

1. Introdução

As cidades hoje são a maior intervenção da humanidade no meio que habitam, em sua história e na busca da transformação do mundo nos padrões que são convenientes para a sua existência. Mas, se a cidade é o “mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver”, assim “indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refaz a si mesmo” (Harvey, 2013, p. 27). Isto é, a cidade é o espaço de reprodução da humanidade, porém, “as cidades atualmente não oferecem o suporte necessário para que as pessoas possam alcançar seus objetivos” (Maricato, 2013, p. 20).

No Brasil, o modelo de cidade com o qual lidamos se desenvolveu a partir de intensos conflitos sociais gerados por desigualdades de toda a ordem. Essas desigualdades são consequências de uma intensa industrialização ligada ao processo de implantação do capitalismo tardio desde meados do século XX (Furtado, 1982), que levou a uma urbanização dos municípios com um insuficiente planejamento no fim do século, apenas no intuito de atender as demandas do capitalismo que se implantava, resultando na não garantia de direitos básicos para a subsistência das pessoas (Santos, 2018).

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, consolida-se a redemocratização do Estado brasileiro e se reorganiza o arcabouço dos direitos civis, políticos e sociais. As questões urbanas também foram inseridas no texto constitucional. Assim, foi construído “um novo quadro jurídico e institucional ligado à cidade” baseado na participação social nos processos decisórios (Maricato, 2013, p. 22). Depois da instauração do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor se reconfigura com novos institutos para tratar as questões do modelo de urbanização e sua reprodução no Brasil. Fundamentalmente, o Estatuto da Cidade, que contribui na formulação de orientações para o desenho da política urbana das cidades brasileiras, surgiu como um projeto de lei em 1988, com o objetivo de romper com esse ciclo de produção do espaço urbano anteriormente descrito. Aprovado em 2001, sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 10 de julho daquele mesmo ano, possui uma estrutura dividida em cinco capítulos: 1) Diretrizes gerais (artigos 1º ao 3º); 2) Dos Instrumentos da Política Urbana (artigos 4º ao 38º); 3) Do Plano Diretor (artigos 39º a 42º); 4) Da Gestão Democrática da Cidade (artigos 43º a 45º); e 5) Disposições Gerais (artigos 46º a 58º) (Tavares, 2015). Os instrumentos de política urbana ensejavam um tipo de desenvolvimento equânime na cidade por meio do plano diretor. Dessarte, as assimetrias de poder político seriam superadas pela constituição de arranjos democráticos participativos deliberativos, com ampla participação popular. Porém, a simples criação de instrumentos estatais, por si só, não resulta na democratização do processo decisório. Apontará Kowarick (2000), que um dos fatores que possibilita que o capital formule as cidades como bem conhecemos é, exatamente, o fato que o Estado opera para minimizar a intervenção política da sociedade civil organizada, consolidando a ideia de que a sociedade brasileira é harmoniosa e rejeita conflitos, somado ao enfraquecimento desses instrumentos normativos e políticos de debate sobre as cidades, como a política urbana presente no Capítulo II, Da Política Urbana, da Constituição brasileira de 1988 e do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Por isso, para compreendermos todo esse processo histórico e social de construção e reprodução da cidade devemos nos ater ao papel protagonista do sistema econômico-social hegemônico no mundo nos últimos três séculos, o sistema capitalista. Para além da compreensão do funcionamento do capitalismo, é preciso que se construa a sua relação com o modelo de urbanização predominante no mundo e no Brasil, em que o capital enxerga a produção das cidades como um meio de se reproduzir.

PALAVRAS-CHAVE

Segregação urbana; espoliação urbana; vulnerabilidade; cidades; capitalismo.

PALABRAS CLAVE

Segregación urbana; expoliación urbana; vulnerabilidade; ciudades; capitalismo.

KEYWORDS

Urban segregation; urban spoliation; vulnerability; cities; capitalismo.

Recibido:
21/08/2018

Aceptado:
20/05/2020

Para tanto, na subseção “O todo a reboque do capital” o objetivo é discutirmos o dinamismo do capital em diálogo com o desenvolvimento das cidades e o papel do Estado. Na subseção seguinte, “A segregação urbana”, vamos analisar a segregação urbana, como um fenômeno que caracteriza a construção do espaço urbano, que de forma assimétrica implanta benfeitorias e aparelhos públicos na malha da cidade. Na subseção “A espoliação urbana e vulnerabilidade” vamos aprofundar as interpretações de variáveis que espoliam os trabalhadores nas cidades em suas atividades cotidianas, o que consolida uma massa de indivíduos na condição de “excluídos”. Por fim, buscaremos estabelecer conexão com análises que apontam como o capital se reproduz na produção do espaço urbano para, assim, termos possibilidade de leitura crítica sobre as cidades brasileiras contemporâneas.

2. O todo a reboque do capital

O fato que se impõe a nossa análise é que o lugar e o papel que as cidades assumiram desde o fim do século XX, no Brasil e no mundo ocidental, foram configurados a partir da “adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade”, ou seja, a cidade passa a ser regida “por necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital” (Vainer, 2013, p. 37). Mas, primeiramente precisamos compreender em que momento o capital enxerga na modulação das cidades uma maneira de produzir e acumular excedente de capital.

O período republicano brasileiro (1889-2019), foi marcado pelo entrelaçamento e aprofundamento das relações do fazendeiro com as redes comerciais e de financiamento nacionais e internacionais. O processo tornar-se-á célere por meio da introdução do trabalho livre, fazendo do produtor rural um empreendedor, pois com o fim da manutenção do ciclo escravocrata de obtenção e sustentação da mão de obra, foram liberalizadas significativas quantidades de capital. O fazendeiro paulista, dentre outros, será o capitalista “rural” que dinamizará a vida econômica em todos os níveis de atuação da burguesia. Portanto, temos uma burguesia, com horizonte cultural aristocrático-escravocrata, que se converte na condutora da urdidura do liberalismo no Brasil (Dean, 1991; Fernandes, 1987). Um tipo de capitalismo que se associa à noção de patrimonialismo - distinta da concepção de Faoro ([1958] 2008), em que em seu estágio inicial, o domínio apropria-se das oportunidades econômicas de desfrute dos bens e serviços, concessões e dos cargos, numa confusão entre o setor público e privado -, como uma antítese da República. Uma forma de poder institucionalizada que, na atualidade, de forma ubíqua, se revestiu de novos contornos que precisam ser compreendidos. Uma forma de mundo liberal que, a partir da amálgama do homem cordial¹ de Buarque de Holanda (2001), que desenvolve todas as suas astúcias negativas, agora, no âmbito estatal. Temos uma visão de mundo liberal conservadora - porque moderniza estruturas financeiras e implanta processos efetivos de circulação de mercadorias ao mesmo tempo que amplifica injustiças sociais -, que pereniza privilégios legitimados pelo Estado para que consiga se expandir. As cidades são o núcleo da análise social, dos conflitos de classe e da corrupção que se acopla ao Estado em uma relação simbiótica, ou seja, um tipo de associação em que cada organismo, de maneira assimétrica, nutre as suas necessidades, como se fossem um só corpo. As filigranas conceituais que estão por detrás de tal concepção, evidenciam uma “elite” - a chamada “elite brasileira” - fundida ao Estado que possui, no seu passado escravocrata, uma família específica, uma justiça específica, uma economia particular (Souza, 2019).

Adicionalmente, para Harvey (2011) o processo evolutivo do capitalismo é, inegavelmente, paradoxal e acontece em um ritmo imprevisível e incontrolável, não podendo ser compreendido como algo linear. E a conexão simbiótica entre acumulação e circulação de capital com a produção das cidades ocorrerá, segundo Harvey (2011), na relação conflitante entre acumulação de capital e crescimento populacional. Para o autor ambos podem ser entendidos como consequência do outro, isto é, a população cresceu para que houvesse mercado consumidor e/ou acumulou-se, de forma intensa nas últimas décadas, para atender a demanda crescente da população. O fato é que essas pessoas necessitam atender suas necessidades básicas como sustento, moradia e reprodução, dessa forma, criam e transformam os lugares onde habitam.

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra (Harvey, 2011, p. 122).

Nesses termos, poderemos perguntar: e o Estado, como fica diante desse quadro? O Estado, na impossibilidade de o capital criar aceitabilidade às suas regras, tornou-se o legitimador de todo o processo de acumulação e circulação do capital, criando e impondo o arcabouço normativo, institucional e simbólico para que a normalidade transcorra. Bourdieu (2014) vai pontuar que o Estado é quem estrutura a própria ordem social, bem como o uso dos tempos, nosso pensamento, o orçamento-tempo, enfim, toda nossa vida, tendo uma proximidade conceitual com o que Harvey (2011) aponta quanto à esfera de atividade e arranjos institucionais e administrativos.

Nesse contexto complexo e contraditório da sociedade, com imposições diversas do capital à vida humana, que a cidade, espaço primordial da reprodução da humanidade, será elaborada. Vainer (2013) qualifica as cidades situadas no capitalismo como verdadeiras empresas onde, na concorrência de umas com as outras no mercado financeiro global, disponibilizam cada vez mais seus recursos públicos (subsídios, terras, isenções), buscando atrair o investimento do capital.

Quanto ao contexto brasileiro, Fernandes (1987) analisa que a servidão do Estado à elite de sua sociedade é mais contundente. O aparato estatal brasileiro não é apenas o garantidor de regras e simbolismo para o desenvolvimento do capital, mas também está submetido à busca para consolidar privilégios (Santos, 2018). Fernandes afirma que, ao contrário de outras burguesias, que construíram suas instituições de poder pensando a máquina pública apenas para arranjos, a burguesia brasileira “converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica” (1987, p. 240). O autor vai além, dizendo que a burguesia brasileira, incluindo as oligarquias, se “ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (Fernandes, 1987, p. 241). O resultado desse processo histórico brasileiro será um Estado frágil, diante das pressões de setores específicos e distante das demandas sociais, o que reverbera na ação deste no desenvolvimento das cidades (Santos, 2018).

Em suma, o capital é o construtor das bases de nossa sociedade e de suas relações sociais e institucionais, viabilizando a acumulação e circulação de capital, levando a reboque o que for necessário. E, as cidades seguem o mesmo padrão, a mesma lógica mercadológica, que transforma as demandas e necessidades básicas em produtos a serem comercializados colocando o Estado, bem como seus aparelhos, a seu serviço. Por isso que, a partir da seção seguinte, a articulação teórica estabelece variáveis para leitura das cidades brasileiras, conforme a compreensão apresentada aqui de organização do capitalismo.

2.1. Segregação urbana

A compreensão do espaço social, ou neste caso, o espaço urbano, como socialmente produzido, ou seja, não sendo algo natural e sim produto do trabalho humano, segundo Villaça, é “provavelmente o maior avanço ocorrido no campo da ciência da geografia em todos os tempos” (Villaça, 2011, p. 37). Por isso, as cidades, precisam ser compreendidas como um patrimônio construído sócio e historicamente, ao passo que sua “apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização”, taxando preços de acordo com seus tributos (Maricato, 2013, p. 20). A herança histórica que as cidades brasileiras vão carregar é descrita por Maricato (2013, p. 20) como pesada, na soma do Estado patrimonialista à universalização da política do favor. Para Villaça, “nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade” (Villaça, 2011, p. 20). O autor afirma que a desigualdade está ligada na essência a qualquer fenômeno que podemos observar na sociedade brasileira, pois ela é tão intrínseca na história do nosso povo e na

estruturação de nosso Estado e instituições que, necessariamente, precisa estar no centro da investigação e explicação.

A partir desse princípio, a segregação como a mais importante manifestação da desigualdade imperante em nossa sociedade, Villaça (2011, p. 20) desdobra sua reflexão afirmando que “a segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade”, bem como com a dominação social. Quando Villaça trata sobre a relação da produção de desigualdade com a dominação social podemos traçar um paralelo com a teoria analítica de Harvey (2011) sobre o desenvolvimento e dinâmica do capitalismo na compreensão das sete esferas de atividades. Podemos traduzir a dominação social com a necessidade do capital de construir regras (arranjos institucionais e administrativos) para garantir o desenrolar de seu processo produtivo, criar simbolismo para legitimar suas ações (concepções mentais do mundo), recriar as relações sociais acerca do consumo (relações sociais), e mercantilizar (introduzindo mais uma esfera de atividade em nossa análise) a reprodução da vida cotidiana e da espécie, como foi identificado na subseção anterior. Essa correlação também fortalece a tese de Villaça (2011) de que as reflexões e trabalhos que tratam da vida cotidiana devem ter na sua centralidade as desigualdades sociais e, dessa forma, romper com seu método tradicional.

No Brasil e no mundo, os estudos sobre a segregação urbana tradicionalmente abordam o centro *versus* periferia como principal método de investigação e não produzem um diálogo entre segregação e estruturas urbanas com as questões que envolvem os aspectos econômicos, políticos e ideológicos, porque nesse modelo é impossível alçar essa formulação (Villaça, 2011). Segundo Villaça (2011), são seis aspectos que delinham as reflexões sobre a intrínseca relação da desigualdade com a segregação urbana: 1) negação da forma clássica de segregação sob a forma de círculos concêntricos, tendo os mais ricos no centro e os mais pobres, na periferia; 2) inserção da segregação em uma análise histórica; 3) exposição da relação da segregação com as estruturas social e urbana; 4) evidenciar a relação entre dominação e segregação; 5) abordagem da segregação por região geral da cidade e não mais por bairro e; 6) desenvolver a segregação e não só denunciar, descrever ou medir.

O avanço no modelo de análise da segregação, de residencial ou bairros para regiões nas cidades é importante para a melhor compreensão do fenômeno. Análises feitas por meio da segregação residencial nos leva, primeiramente, a não compreender as forças que influem na segregação e, posteriormente, nos faz errar na leitura sobre a essência do local pesquisado. Para Villaça, a segregação por bairro perde seu poder explicativo, pois a grande quantidade de análises distintas acaba levando a análise para um lado abstrato e “conduz o estudo a bairros ideais ou tipologias de bairros” (2011, p. 41). O autor, no intuito de mostrar evidências que comprovam sua teoria, elabora a “região de grande concentração das camadas de mais alta renda”, uma região composta por diversos bairros “das mais distintas classes sociais”, que no caso de São Paulo é o Quadrante Sudoeste (Villaça, 2011, p. 42).

Por meio de seu método (por região geral da cidade, sem tipologização dos bairros), observando o Quadrante Sudoeste da capital paulista, Villaça (2011) formula sobre a segregação do espaço, através da relação da segregação residencial com a localização dos empregos, e na propositura de Harvey (2011), podemos estabelecer um paralelo com a esfera de atividade denominada como processos de produção e de trabalho dialogando com as outras. No setor secundário (indústrias), a maioria dos postos é ocupada por trabalhadores e trabalhadoras das camadas mais pobres, porém no setor terciário (serviços) os postos são ocupados tanto por aqueles oriundos das camadas mais pobres quanto das camadas mais ricas. A diferença é que as moradias dos mais ricos são mais próximas aos postos do trabalho, do que as dos mais pobres, além disso, os mais pobres têm seus postos de trabalho espalhados por toda a cidade e não há concentrações, como veremos com os dos mais ricos (Villaça, 2011, pp. 49-53). Outro exemplo de segregação, a partir do estudo sobre o Quadrante Sudoeste, é o clima que esta região demonstrará ser mais ameno em relação ao restante da cidade (Villaça, 2011, pp. 41-48), estabelecendo diálogo direto com a esfera de atividade que compreende relações com a natureza, ou seja, até no convívio com o ambiente natural (consequentemente mais sadio) a burguesia constrói seus privilégios. Por isso que a análise da segregação urbana por região é importante, pois ela possibilita identificar o surgimento de novas formas

de segregação ao passo que se relaciona com a totalidade da estrutura urbana, possibilitando estabelecer relações entre as diversas esferas de atividade de Harvey expondo a complexa desigualdade produzida por elas.

Mas, é sobre a análise do controle em relação ao deslocamento espacial que Villaça (2011) apresenta o cerne de sua formação sobre segregação urbana. Sendo o tempo uma variável importantíssima na dinâmica do capital (o capitalismo vai buscar sempre acelerar o consumo, por exemplo), surgirá a necessidade de controlá-lo. Na impossibilidade desse controle, a classe dominante, através do Estado e de aparelhos públicos e privados, toma para si a produção e reprodução do espaço urbano dominando, assim, o deslocamento espacial e, em consequência, dominando o tempo (Villaça, 2011).

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transportes etc.) e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele (Villaça, 2011, p. 53).

E a classe dominante só conseguirá alcançar este objetivo pelo desenvolvimento de tecnologias, principalmente, as de mobilidade e de comunicação, que rompem com a ideia que temos de tempo/espaço, utilizando-se de modelos de organização puramente privados ou criando outras formas organizativas de caráter híbrido, unificando o ambiente público e o privado. O Estado vai ceder à iniciativa privada responsabilidades diversas, como a de construir e gerenciar linhas de metrô em grandes capitais e a concessão para administrar e gerir as rodovias, porém sendo sempre o avaliador político e financeiro dessas empreitadas. O transporte ferroviário em grandes capitais, por exemplo, é o principal meio de locomoção dos trabalhadores e suas famílias, o que o torna uma importante variável na perspectiva de controlar a mobilidade para gerenciar o tempo; corporações da construção civil assumem a responsabilidade de construção, e outras empresas a de gerenciamento, mas tendo o aparato estatal como o fiador. O objetivo dessas empreitadas privadas, financiadas por recursos públicos, é dominar o tempo de deslocamento, criando mais demandas para o próprio Estado, esse último já no seu limite de atuação sem condições de assumir novas funções, em síntese, é nessa lógica que se cria mais excedente e, conseqüentemente, se acumula mais capital.

Para Villaça, otimizar os tempos gastos durante o processo de deslocamento dos moradores da cidade “é o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do papel desse na dominação social que se processa por meio dele” (2011, p. 53). Se dialogarmos com o proposto na teoria analítica de Harvey (2011) a respeito da dinâmica das sete esferas de atividades atuando no desenvolvimento paradoxal do capitalismo, identificamos que o processo de implementação de novas tecnologias organizativas para reconstruir e gerenciar o deslocamento espacial, conseqüentemente, do tempo, se encontra inserido na compreensão das esferas de atividade denominadas como tecnologias e formas de organização e na relações com a natureza.

O controle do deslocamento espacial, e sua segregação, se desdobra não apenas no trajeto entre moradia-emprego, mas também em todos os possíveis, como moradia-local de compra, moradia-lazer, moradia-serviços etc. Tudo isso agravado pelo fato de que as famílias que compõe as camadas mais segregadas têm dois membros trabalhadores, pai e mãe, além de que os filhos mais jovens também trabalham, aumentando a segregação sofrida por toda a família, esfera de atividade “processos de produção e trabalho”.

Da assertiva anterior, encontramos em Kowarick (2002) que a distribuição da população no espaço urbano espacial nesse quadro de crescimento caótico “reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas” e que cortiços e favelas se tornaram as áreas de concentração da pobreza, não necessariamente instalados na periferia geográfica, conforme afirma o estudo de Villaça (2011).

Preliminarmente, podemos concluir que a propositura de Villaça supera a análise clássica de segregação por bairros com a ideia de centro *versus* periferia, substituindo-a pela noção de regiões da cidade para conseguirmos sistematizar e analisar a essência e plenitude da segregação urbana no Brasil. Destarte, conseguimos compreender sua relação com toda estrutura urbana e identificamos o surgimento de outras segregações como, por exemplo, a segregação dos locais de trabalho e, sem jamais deixar de explicitar a relação da segregação urbana com a desigualdade e dominação social. A sua teoria vai dialogar diretamente com a proposta analítica de Harvey (2011) acerca das sete esferas de atividades que traduzem a dinâmica do capitalismo e produzem conflitos e segregações. Entretanto, para Villaça (2011), é o controle do tempo de deslocamento espacial o agente principal e mais poderoso a atuar sobre a produção do espaço urbano. A elaboração do conceito de segregação urbana ligada explicitamente com a desigualdade e dominação proposta por Villaça (2011), é um fator preponderante para iniciarmos a reflexão acerca da ideia de espoliação urbana de Lúcio Kowarick, pois este último também destaca na elaboração de sua teoria a preponderância de como se ocupam e constroem os espaços de moradia, trabalho e convivência dos trabalhadores e suas famílias.

2.2. Espoliação urbana

Kowarick (2000) elabora sua teoria refletindo sobre todo o processo que abarca desgastes físicos, financeiros, psicológicos etc. aos trabalhadores e suas famílias, que vivem e convivem na realidade segregadora das cidades, sendo que esses desgastes são necessários para atender a realidade mercadológica do ambiente urbano. O autor vai chamar esse fenômeno de espoliação urbana.

A espoliação urbana é um fenômeno que nasce a partir de uma realidade de superexploração e segregação dos trabalhadores e suas famílias (Kowarick, 2000). A superexploração, tratada por Kowarick, equivale às inúmeras desigualdades retratadas no ambiente urbano, apontadas por Villaça (2011). Por exemplo, no âmbito do trabalho e das relações de emprego, Kowarick (2000) afirma que uma característica dos países de capitalismo tardio, como o Brasil, é a reserva de um grande contingente de trabalhadores para potencializar a acumulação de capital e dilapidar parte da mão de obra implicadas no processo produtivo, similar propositura com a qual Harvey (2011) defende a relação simbiótica do desenvolvimento do capitalismo com a produção das cidades, tendo como essência o crescimento populacional. Neste caso, observamos que as esferas de atividade do processo de produção e do trabalho, unidas à de reprodução da vida cotidiana e da espécie, mais uma vez, são referenciadas nos autores brasileiros aqui estudados (Villaça e Kowarick) como forma de se criar excedentes de capital, ou seja, a necessidade do trabalho é uma questão básica de subsistência humana no capitalismo, e acaba se transformando em meio para a acumulação de capital, já que quem ganha com uma imensa reserva de mão de obra são os donos dos meios de produção, enquanto os trabalhadores sofrem com profundas precariedades de direitos. Apesar de Villaça (2011) e Kowarick (2000) estarem a lidar com realidades socioespaciais que assumiram morfologias urbanas distintas ao longo de uma década, o solo filosófico (e esse é o busílis de nossa proposta de análise) interpretativo de ambos não se alterou. O mundo liberal conservador brasileiro, que criou cidades modernas e globais, está solapado por injustiças socioespaciais perenizadas em privilégios legitimados pelo Estado, como uma forma de reprodução da dominação social dos detentores dos excedentes de capital em uma nova forma de patrimonialismo (Souza, 2019).

Para Kowarick (2000), essa reserva de mão de obra por si só não explica o crescimento do capitalismo (superexploração) ou a espoliação urbana. Outro argumento que deve ser somado à sua análise é a questão da organização dos trabalhadores em aparelhos institucionais, que servem para a luta em defesa de direitos e promoção dos que ainda não existem, e a prestação de serviços junto ao Estado e como, o próprio Estado se comporta. Por isso, precisamos aprofundar como a construção da teoria de Kowarick, tendo como base a superexploração sofrida pelos trabalhadores e suas famílias e a espoliação urbana que ocorre em todo o cotidiano da vida.

Primeiro, Kowarick se refere às condições de trabalho, ou “mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa à que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora” (2000, p. 59). O

Brasil, nação de capitalismo tardio, diferente dos países latino-americanos onde foram criados enclaves exportadores, é um local onde o capital internacionalizado estabeleceu base industrial muito mais complexa e diversificada, voltada para a produção de produtos duráveis para consumo interno (Kowarick, 2000). Essa característica singular da intervenção do capital multinacional em território brasileiro descrita por Kowarick é central na busca de compreensão da realidade das cidades brasileiras, pois o Estado já é instrumento de legitimação da ação do capital e da manutenção de privilégios locais; a partir dessa realidade, se soma às suas funções a necessidade de garantir os negócios dessas organizações estrangeiras. Por isso, para Kowarick (2000), o Estado, a serviço da classe dominante, cumpre, no Brasil, um papel gritante em criar regras e simbolismo para estabelecer a ordem necessária para que o capital se reproduza sem maiores contestações. Aqui, identificamos mais uma vez as esferas de atividades que falam sobre o desenvolvimento do capital buscando arranjos institucionais e administrativos, relações sociais, processos de produção e de trabalho e, principalmente, a elaboração de concepções mentais do mundo que possibilitam uma relação harmoniosa dos superexplorados com o Estado e exploradores e a recepção amistosa dessas organizações privadas multinacionais.

O segundo processo base da teoria de Kowarick (2000), oriundo desse primeiro, é como os trabalhadores e suas famílias, já superexplorados no campo do trabalho e do emprego, são de diversas maneiras espoliados no cotidiano de sua subsistência por aqueles que dominam os meios de produção, e o Estado para defesa de seus interesses e privilégios. Em outras palavras, as cidades brasileiras vão produzir a espoliação urbana, definida como:

o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (Kowarick, 2000, p. 59).

O protagonismo do Estado brasileiro, identificado em Villaça (2011), se repete em Kowarick (1979; 2000) na preponderância de ambos os processos citados (superexploração do trabalho e espoliação urbana), bases de sua teoria. Em um primeiro momento, como o “suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial, financiando a curto ou a longo prazo as empresas e por agir diretamente enquanto investidor econômico” (Kowarick, 2000) e, no segundo momento, como instrumento de manutenção da ordem, que é uma necessidade da acumulação de capital.

Haverá um novo momento da relação do Estado com a classe dominante brasileira, nada que mude a essência da proposta de Fernandes (1979). Por exemplo, sob a ótica da produção e fiscalização de moradias, Kowarick (2000) identifica que, ao longo das décadas, o Estado passa a assumir funções antes negligenciadas à iniciativa privada, ou seja, o que antes estava sob ação do privado torna-se obrigatoriedade do Estado. Porém, nisso se criam relações com o setor privado e, assim, como identificado anteriormente, na construção de aparelhos de mobilidade urbana para controle do tempo em Villaça (2011): referimo-nos à mesma relação para a produção de moradias populares com contratação de empresas privadas. O que significa que não serão as demandas sociais norteadoras da ação estatal, em específico, e sim a necessidade do capitalismo, mais uma vez em criar formas de acumulação e circulação do capital.

Além da questão habitacional, ao analisar a metrópole de São Paulo, Kowarick identifica na produção de moradias uma forma de reflexão sobre a segregação e espoliação urbanas que vivem a grande massa de trabalhadores e suas famílias, bem como a exploração que lhes é imposta nas relações do emprego e de trabalho. A autoconstrução será, segundo o autor, a “solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo”, sendo uma “magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados”² (Kowarick, 2000, p. 61). Esse modelo de moradia é realizado diretamente pelos trabalhadores/moradores, de maneira adicional e gratuito, levando muitos anos para a conclusão e resultando na redução de outros elementos que compõem o consumo dessas famílias e numa condição menor dos níveis mínimos de subsistência (Kowarick, 2000).

Para Kowarick, a questão da moradia é central na formulação de todas as facetas da espoliação urbana. Para além dos processos socioculturais e políticos colocados até o momento, a moradia, em particular a casa própria (excluem-se as moradias de aluguel) será nas “metrópoles do subdesenvolvimento industrializado fator primordial no processo de inclusão-exclusão na vida dos trabalhadores” (Kowarick, 2000, pp. 82-83). A moradia, como ambiente de “sociabilidade privada”, é palco de ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências e, do que o autor vai chamar, de “estratégias privadas” das famílias, que em suma, significa primordialmente abrigo contra as tempestades do sistema econômico, indo até as decisões de “quem sai para trabalhar, quem fica para cuidar das crianças, quem vem morar, quem está proibido de entrar na casa” (Kowarick, 2000, pp. 82-85), podemos traduzir essa reflexão na teoria de Harvey sobre a esfera de atividade da reprodução da vida cotidiana e da espécie se relacionando com as outras.

O que Kowarick propõe é ampliar a compreensão de exclusão social e econômica, que não mais será apenas de materialidade objetiva (advinda do processo de exploração da força de trabalho e de seus desgastes), mas também ao acesso aos bens de consumo coletivo e, no caso da casa própria, de consumo privado. A casa própria, para além de ser o bastião de enfrentando das mazelas do sistema econômico, vai se tornar³, na sociedade capitalista, o principal símbolo de sucesso de vida das pessoas e suas famílias na construção de suas histórias, pois serão necessárias concepções de mundo individualizantes como esta para manter a estrutura simbólica que legitima o sistema.

O alcance da casa própria, da propriedade, por parte de poucos trabalhadores e suas famílias, vai constituir a ideia de cidadão privado, que para Kowarick é “aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua própria casa” (2000, p. 94), onde se identifica novamente a esfera de atividade de concepções mentais do mundo de Harvey (2011). O autor alerta pelo contrassenso proposital embutido no termo cidadão privado, pois a ideia de cidadania convoca conquistas coletivas, enquanto o privado é sinônimo de particular, restrito.

A falaciosa ligação instintiva entre local de moradia e suporte a determinadas concepções sociais ou políticas – por exemplo, as áreas centrais de São Paulo são díspares quanto aos padrões de renda e de espoliação urbana, lembrando o conceito de análise por região geral da cidade de Villaça – difere-se da questão ambiental das moradias, ou seja, as moradias de habitações coletivas configuram uma marcante discriminação da própria existência (Kowarick, 2000). Esse autor vai afirmar que a casa própria, de moradia particular, construída com esforço e dedicação por longos anos, vem para se contrapor como refúgio num cenário de subdesenvolvimento industrializado, cuja principal característica acerca do espaço público é eminentemente de exclusão e violência. Banalização da violência cotidiana, a desigualdade perante a lei, apropriação privada da coisa pública que arruína as bases da República, desmoralização das regras e valores inerentes às instituições democráticas, retratam o espaço público violento e excludente, em uma sociedade caracterizada pelo autoritarismo, oligarquia e clientelismo, baseada no favoritismo, arbítrio e na violência tornando todos em subcidadãos públicos.

Em síntese, para Kowarick, a espoliação urbana reproduzida no cotidiano da vida dos trabalhadores e suas famílias, já explorados nas relações de emprego e trabalho, é uma ferramenta do sistema econômico, na medida em que cria processos de acumulação de capital nos mais simples atos e necessidades de subsistência humana, como moradia e transporte. Deixando o espaço público ser tomado pela exclusão e violência, ao passo que, a casa própria, alçada com tanto sacrifício por poucos trabalhadores, torna-se, ambigualmente, símbolo de mais exclusão social e de sucesso, o que aprofunda a espoliação urbana. Porém, algo não compreendido é a aceitação da própria condição de segregado e espoliado vivenciada por uma significativa parcela da sociedade. Ainda que existiram momentos de resistência e de reivindicações na década de 1980, Kowarick (2000, p. 17) diz que estes foram denominados “experiências de derrotas”, e suas consequências foram transferidas para as décadas seguintes. Para tanto, avançaremos no nosso modelo de análise das cidades brasileiras, a partir da capital paulista, São Paulo, compreendendo agora o conceito de vulnerabilidade: os processos de humilhação e subalternidade que auxiliam nessa condição imobilizadora da sociedade segregada e espoliada.

2.3. A Vulnerabilidade *na/da* vida urbana

Ao longo das últimas décadas, vários estudos se dedicaram a elaborar um conceito sólido e válido para as distintas facetas da vulnerabilidade. Para Marandola Jr. e Hogan (2005), a análise da vulnerabilidade ultrapassou, entre os anos 1980 e 1990, sua compreensão inicial acerca dos perigos naturais que determinada população assumia quanto ao seu local de habitação, e compreende agora dimensões diversas, para além do contexto ambiental, agregando aspectos sociais e tecnológicos.

Marandola Jr. & Hogan (2005) trazem três diferentes abordagens para o conceito de vulnerabilidade: a) vulnerabilidade como condição preexistente, caracterizada pela periculosidade das ocupações humanas; b) vulnerabilidade como resposta controlada (*tempered response*), focada na resistência e resiliência de determinada sociedade para enfrentar os perigos; e, c) vulnerabilidade como perigo do lugar (*hazard of place*), unifica as condicionantes sociais e a relevância dos fenômenos naturais na resposta frente aos perigos enfrentados.

Para Hogan e Marandola Jr. (2005), a vulnerabilidade do lugar como abordagem da vulnerabilidade é o que mais consegue aglutinar o conhecimento elaborado como resposta de análise mais sólida. Para os autores, não há como se pensar na vulnerabilidade se não somamos a ideia de vulnerabilidade biofísica (ambiental-natural) e vulnerabilidade social (socioeconômica) como produtoras das características da vulnerabilidade que afetam a vida de uma população, e que se refletem no lugar que vivem. Dessa maneira, no avanço conceitual da vulnerabilidade, há duas principais correntes de análise: a vulnerabilidade sociodemográfica e a socioambiental. A segunda se diferencia da primeira quanto “aos ativos que determinada população poderá articular para diminuir sua vulnerabilidade”; neste caso, vai além de “alternativas vinculadas à situação socioeconômica da população”, proposto pela sociodemográfica, incluindo os elementos de capital social, ou seja, redes de solidariedade e ações comunitárias (Marandola Jr. & Hogan, 2005, p. 43). Contudo, destaca-se que as ações do campo da filantropia e da organização comunitária, por mais que sejam determinantes na vida de muitas pessoas em situação de espoliação, segregação e vulnerabilidade, não é uma resposta de cunho efetivo frente aos perigos ambientais, sociais ou tecnológicos, pois o seu caráter sazonal não confere uma mudança na estrutura e nas relações desiguais, tendo uma função mais de amenização dessas desigualdades.

Para Marandola Jr. e Hogan (2005, p. 37), o “elemento crucial” para compreender a vulnerabilidade é a capacidade da população em responder aos perigos que enfrentam cotidianamente. Pasternak (2016), analisando as ocupações das favelas paulistanas, constatou que é determinante o conceito de vulnerabilidade para integrarmos na nossa técnica analítica das cidades brasileiras, a partir do município de São Paulo. Para a autora, o imaginário popular referencia-se, quando falado em favela, às ocupações da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, àquelas feitas, majoritariamente, em morros, enquanto as paulistanas apenas 20% estão em encostas (Pasternak, 2016).

O fato determinante para o nosso caminho analítico quanto à vulnerabilidade é justamente essa diferenciação destacada por Pasternak (2016), pois dessa forma, quando compreendemos que o crucial é a capacidade de resposta da população frente aos perigos, e vemos que a população de alta renda ocupa lugares geograficamente distintos, no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, constatamos que a vulnerabilidade sociodemográfica é mais sólida para analisar as questões que influem na vulnerabilização da sociedade já segregada e espoliada.

A linha de análise da vulnerabilidade sociodemográfica traz para o centro das pesquisas em vulnerabilidade os reflexos da vida humana da pobreza e da exclusão, assim como outros condicionamentos que espoliam ainda mais a vida: as condições precárias ou inexistentes no ambiente do trabalho, a dificuldade ou o não de acesso a serviços e bens públicos (Marandola Jr. & Hogan, 2005).

Para esta forma de análise, a vulnerabilidade será composta por três momentos: 1) há um evento potencial que poderá causar dano; 2) diante do risco, as pessoas procuram se defender e proteger, mas se percebem incapazes pela ausência de recursos distintos para a resposta; e, 3) na ocorrência do evento, as pessoas

enfrentam os perigos e sofrem danos e perdas, muitas pela sua incapacidade de absorção e adaptação (Marandola Jr. & Hogan, 2005, p. 42). Não se trata aqui de exclusão das condições naturais ou da capacidade organizativa da própria população em risco, pelo contrário, identifica-se ambas as questões, porém a abordagem não será específica, ou seja, vai buscar trazer para o centro quais condições naturais adversas são enfrentadas de maneiras distintas por aqueles que detêm recursos distintos, e as redes de solidariedade são pontuais por não compreenderem os processos de humilhação e subalternidade que vivem aqueles à margem de direitos.

Lúcio Kowarick, aprofundando no debate acerca da realidade das cidades brasileiras, analisa o conceito de vulnerabilidade como algo intrínseco à vida urbana, na linha da vulnerabilidade sociodemográfica. Para o autor, “os déficits nos aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania continuaram amplos nos 1990” (Kowarick, 2002, p. 14), e a vulnerabilidade legitima uma “pirâmide social aguda, hierarquizada, e excludente”, ou seja, auxilia na absorção daqueles segregados e espoliados na sua infeliz condição desigual (Kowarick, 2016, p. 191).

Dois ambientes de vivência e moradia, a favela e o cortiço, servem para exemplificar na prática a instituição das realidades de humilhação e subalternidade que sustentam o conceito de vulnerabilidade de Kowarick (2016). No momento da urbanização de São Paulo, as favelas constituíam-se como um espaço de moradia provisório daqueles que buscavam ascender economicamente e se integrarem na cidade. Por isso, sua dinâmica social e cultural era predominantemente transitória, em outros termos, não havia uma demarcação dessa população de se apropriar do espaço urbano nem de se reproduzirem das mais diversas maneiras possíveis (Kowarick, 2016; Pasternak, 2016). Os trabalhadores e suas famílias que viviam nesse ambiente, tinham suas profissões e atividades, majoritariamente, externas. Para Pasternak, “a favela do século XXI não é mais, como se imaginava no passado, um “trampolim para a cidade”, lugar temporário dos que chegam em busca de um futuro melhor” (2016, p. 106). Agora o favelado, antes visto como um problema, se integra à vida urbana de forma a se assentar definitivamente e, dessa forma, integrando também na dinâmica econômica.

Dessa forma, o ambiente que antes era, essencialmente, de moradia passageira, agora são incorporados não só na cidade quanto ao urbano, mas também na sua condição mercantil. E é a partir desse momento que as favelas começam a elaborar a sua diversidade, ou seja, há dentro desse espaço urbano, o surgimento de realidades distintas desconstruindo, assim, a visão homogênea. Pasternak (2016, p. 107) considera que aqueles que agora habitam as favelas “são trabalhadores que produzem e consomem” como qualquer outro residente em qualquer local da capital paulista. Porém, são lugares que têm uma ocupação do espaço sem qualquer preocupação quanto à legislação e recomendações urbanísticas, constituindo-se como lugares mal arruados e bem mais densos que a realidade formal, dificultando, por parte do Estado, a oferta de serviços públicos como bombeiros, ambulância e policiamento, assim como a coleta de resíduos sólidos levando a problemas de saúde pelo acúmulo e mal processamento do lixo (Pasternak, 2016; Kowarick, 2016; 1979). Além disso, é um ambiente propício para o nascimento e reprodução de organizações criminosas que, na ausência perene do Estado, impõem as suas próprias regras aos trabalhadores e suas famílias (Pasternak, 2016).

A vulnerabilidade tratada por Pasternak (2016) no cotidiano das pessoas residentes nas favelas paulistanas traz uma linha de raciocínio também quanto a questões geográficas. Diferentemente das favelas cariocas que figuram no imaginário popular, as paulistanas não ocupam morros ou grandes relevos, pelo contrário, sua caracterização é heterogênea (Pasternak, 2016). Na cidade de São Paulo, a classe que ocupou morros e encostas, majoritariamente, é de alta renda, e busca fugir das constantes enchentes do cotidiano urbano paulistano (Pasternak, 2016; Kowarick, 2000).

Kowarick (2016) construiu sua análise compreendendo a vulnerabilidade também pelas situações de subalternidade e humilhação que vivenciam àqueles que residem nos cortiços paulistanos. Os cortiços serão um espaço de estranheza para os seus habitantes e residentes, em outros termos, diferentemente das favelas e das periferias não há um pensamento de domínio do espaço e reprodução social e cultural, não

há a superação da ideia de “trampolim” para a cidade. O autor construiu o ambiente dos cortiços fundado essencialmente na ideia da humilhação, pois esses ambientes de moradia e convivência se diferenciam das favelas e das periferias pela exposição à violência, seja policial, do narcotráfico (não que estão isentos), prevalecerá o sentimento de ausência de dignidade.

Humilhação é o contraponto da dignidade, do ato de se valorizar, de se querer bem, processos que estão na raiz de uma condição de autonomia moral no sentido de saber escolher entre o certo e o errado, ter independência e projetar um sentido e significado para sua própria vida (Kowarick, 2016, p. 185).

Não alçar a moradia desejada, o lar sonhado e ter um sentimento de aviltamento quanto ao local que se mora gera, inevitavelmente, um pensamento, quase que constatação, de rebaixamento. Para Kowarick, essa situação gera profundas inquietações e tensões entre e intra aqueles cidadãos que ali habitam, perda de autoestima ou “em uma palavra: humilhação” (2016, p. 185). O sentimento de conformismo presente na vida dos residentes em cortiços é lhes leva a aceitarem empregos e outras atividades remuneradas sem condições dignas mínimas de trabalho, acarretando numa população que geralmente atua de forma clandestina, com elevada carga horária de trabalho e baixa remuneração para a subsistência de sua família (Kowarick, 2016).

Segundo Kowarick, a “naturalização” das relações sociais ocorreu de forma sutil: as entradas sociais e de serviços de prédios de classe média; a ação da polícia e de outros órgãos do Estado, que são não só para os cortiços, mas também para as favelas, periferias e todas os locais onde habitam cidadãos segregados e/ou espoliados e/ou vulneráveis, proporciona o ambiente mais favorável possível para a subalternidade. Os cidadãos “percebem-se como subalternos, e a subalternidade passa a ser um elemento estruturador do cotidiano de suas vidas” (2016), ou seja, a subalternidade será a manutenção da relação de dominação da parcela excluída pelos poucos que controlam as decisões centrais acerca das questões econômicas, sociais e políticas.

Assim, o conceito de vulnerabilidade abordando exclusivamente as questões ambientais e naturais que afetam a população é insatisfatório para compreender a sua complexidade. A vulnerabilidade está intrinsicamente relacionada à condição das pessoas e dos grupos sociais em responder as questões de perigo impostas às suas vidas, seja no campo ambiental, social ou tecnológico, e como afirmou Villaça (2011), quanto a segregação urbana, não podemos fazer qualquer análise da sociedade brasileira nem da sua dinâmica urbana, se não articularmos explicitamente à desigualdade característica de nossa história. A desigualdade de condições políticas, sociais e econômicas são estruturantes e, ao passo que, não alocarmos na centralidade do debate, como o de responder à vulnerabilidade, corremos o risco de cometer falha analítica.

3. Considerações finais

O sistema capitalista como um todo compreendeu a importância do desenvolvimento das cidades para formação de excedente e acumulação de capital quase que de maneira ininterrupta, dependendo apenas da capacidade de inovar tecnologicamente e acelerar o processo construtivo. Essa dependência foi correspondida não só pela ação do setor privado, mas pela organização do próprio Estado e a formulação de prioridades públicas.

Verificamos que nas três últimas décadas de redemocratização e reforma do Estado brasileiro, se consolidou um processo de produção do espaço urbano revestido de um poder de dominação social, o patrimonialismo contemporâneo. O planejamento e gestão do território promovidos pelo Estado privilegiam um olhar de sobrevoo, um olhar do alto sobre a realidade urbana brasileira e de seus territórios. É necessário descer ao nível do mundo da vida dos agentes para, assim, detectarmos e compreendermos a forma com que os excedentes de capital configuram a produção do espaço urbano. Não há controle democrático coletivo e

deliberativo da sua conversão em produto do mercado imobiliário, o que gera assimetrias de poder político e econômico com agravamento das condições de vida das populações vulneráveis da cidade.

Por isso, para compreender o desenvolvimento das cidades brasileiras o esforço aqui empregado, no diálogo entre as variáveis de análise, segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidade, de Villaça e Kowarick, em diálogo com uma compreensão de organização do sistema capitalista e sua disposição às modificações urbanas e formulação das cidades. Dessa forma, obtém-se um marco teórico capaz de “ler”, de forma geral, as cidades brasileiras, compreendendo suas especificidades e como elas se estabelecem em quadro geral de cidades capitalistas.

NOTAS

¹ Segundo Souza (2019, p. 201), “O homem cordial é a concepção do brasileiro como vira-lata, ou seja, como conjunto de negatividades: emotivo, primitivo, personalista, portanto, essencialmente desonesto e corrupto”.

² O autor fará duas ressalvas acerca da compreensão das autoconstruções, a primeira é que importante saber que muitas autoconstruções de moradias serão apoiadas por movimentos e organizações sociais e que vão configurar melhores, qualitativamente, lugares para habitação; o outro, que mesmo não abrindo mão da espoliação urbana intrínseca nesse modelo, será ele ainda o que levará os trabalhadores e suas famílias a terem suas casas próprias de forma mais barata.

³ Será por meio de discursos e significados simbólicos ao longo de mais de 50 anos, construídos e reproduzidos por governos, iniciativa privada e pelos próprios cidadãos contra a moradia de aluguel defendendo a casa própria a partir do imaginário da disciplina, da propriedade, da privacidade, do Lar e do sucesso, enquanto cortiços e favelas representam exclusão, miséria, desorganização e fracasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Buarque de Holanda, S. (2001). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Consultado [13-08-2020].
- Dean, W. (1991). *A industrialização de São Paulo (1880-1925)*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- Faoro, R. (2008). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo.
- Fernandes, F. (1987). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Furtado, C. (1982). *Análise do "modelo" brasileiro (7ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In E. Maricato (Org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- Kohara, L. T. (1999). *Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de casos da área central de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kowarick, L. (1991). Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. São Paulo em *Perspectiva*, 5(2), 2-8.
- Kowarick, L. (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34.
- Kowarick, L. (2002). Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*, nº 63, 9-30.
- Kowarick, L. (2016). Cortiços: reflexões sobre humilhação, subalternidade e movimentos sociais. In L. Kowarick & H. Frúgoli Jr. (Orgs). *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34, FAPESP.
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. (2001). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm]. Consultado [13-08-2020].
- Marandola Jr. E., & Hogan, D. J. (2005). Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(1), 29-53.
- Maricato, E. (2014). *O impasse da política urbana no Brasil (3ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido. In E. Maricato. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Pasternak, S. (2016). Favelas: fatos e boatos. In L. Kowarick, & H. Frúgoli Jr. (Org). *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34, FAPESP.
- Rolnik, R. (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In E. Maricato. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Rolnik, R. (1989). *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Rolnik, R. (2013). *10 anos de Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo*. Recuperado de [https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf]. Consultado [13-08-2020].
- Santos, M. H de S. (2018). *Análise da revisão do Plano Diretor de Araraquara-SP (2014): em discussão o papel do Legislativo e os pilares da participação no planejamento urbano*. 2018. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, Brasil.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Tavares, F. M. M. (2015). O Estado na democracia deliberativa: as raízes de uma antinomia. São Paulo: Lua Nova. *Revista de Cultura e Política*, nº 95, 225-257.
- Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In E. Maricato. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Villaça, F. (2003). A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, nº 44.
- Villaça, F. (2005). *As ilusões do Plano Diretor. São Paulo*. Recuperado de [http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf]. Consultado [13-08-2020].
- Villaça, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Revista Estudos Avançados*, 25(71).